

CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL E EDUCAÇÃO¹

(NATIONAL AND INTERNATIONAL CONJUNCTURE AND EDUCAÇÃO)

LUÍS TÁVORA FURTADO RIBEIRO, UFC²
LIBERATO MANUEL PINHEIRO NETO, UDESC, SC³

RESUMO

A situação internacional é apresentada através do ressurgimento do armamentismo, da degradação do meio-ambiente, da crise econômica e da crise social, representada em sua dramaticidade pelo aumento do desemprego. O atual modelo político brasileiro, a crise social do país, e suas diretrizes para a educação, são também sintetizadas em seus contornos gerais. A gravidade da situação no final do século é atribuída à hegemonia global da grande empresa capitalista e dos governos dos países ricos e pela atuação de organismos multilaterais como o Banco Mundial e o FMI.

Palavras-Chave: Mundialização, Armamentismo, Meio-Ambiente, Economia, Brasil, Desemprego, Política, Exclusão e Educação.

ABSTRACT

The international context is presented through the weapons' trade reappearance the environment degradation, the economic and social crisis which is chamatically by the rise of unemployment the recent Brazilian political model, the country social crisis, and its educational policies are als synthesized on its general patterns. The seriousness situation at the end of the centrouy is granted to the large capitalist enterprise global hegemony and to the rich countries government and also to the rich countries government and also to the perfomance of the organizations such as the World Bank and the International Monetary Friends.

Keywords: World context; Weapons; Environment; Economy; Brazil; Unemployment; Politics; Exclusion; Political Education.

Em seu livro *A era dos Extremos*, Eric Hobsbawn (1996), divide o século XX em três períodos: “A Era da Catástrofe”, de 1914 a 1945, seria marcada pela instabilidade econômica e política, sintetizadas por revoluções, crise econômica e duas guerras mundiais. A esse período segue-se o que ele denominou de “A Era do Ouro” aproximadamente de 1945 a 1973, caracterizada por inegável crescimento econômico e conquistas sociais, apesar da guerra fria; Ao último período desse século denominou “As Décadas de Crise”, entre 1973 a 1991, que caracterizou como um período de perda total de referências.

A última década do século apresenta dilemas extremos. Alguns exemplos são o ressurgimento da corrida armamentista, a continuidade da destruição do meio-ambiente, a crise econômica e a crise social. São essas questões que abordaremos nesse texto de forma sintética mas com o objetivo de ser didática para colaborar com o debate entre professores, estudantes e os demais interessados na realidade atual.

Com relação ao armamentismo, o início dos anos 90 apresentou avanços até então inimagináveis nos acordos de não proliferação de armas nucleares e na redução dos arsenais atômicos. No final da década assistimos o movimento contrário: Recomeça a corrida armamentista, dessa vez também entre os países pobres, num sinal claro das conseqüências que podem conduzir a exclusão dos países dos processos de decisão no cenário internacional. As guerras do Golfo em 1991, de Kosovo em 1999 e da Chechênia em 1999-2000, baseadas em campanhas de destruição maciça, fazem ressurgir os temores da guerra fria e apresentam sem disfarces a impotência de pequenos países ante as potências nucleares.

Usadas em larga escala pelos EUA na guerra do Vietnã, as armas químicas e biológicas retornam

¹ Texto produzido para subsidiar as discussões e a formulação do documento final do IX Encontro da ANFOPE, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, realizado na UNICAMP, em agosto de 1998.

² Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Doutorando em Sociologia.

³ Professor da Universidade Estadual de Santa Catarina e escritor, membro da Academia Catarinense de Letras.

ao cenário mundial como uma ameaça concreta de destruição. Uma mutação de vírus ou bactérias podem dizimar a população de grandes cidades em poucas horas. Essas armas foram utilizadas recentemente pelo Iraque, tanto na guerra contra o Irã quanto na repressão aos curdos no norte do país.

Um fenômeno ainda mais grave é o ressurgimento das armas nucleares na recente corrida armamentista entre a Índia e o Paquistão. Questões religiosas, culturais, sociais e de fronteira são decididas pelo recurso aos testes com armas nucleares que preocuparam todo o mundo. É também revelador como o componente bélico legitima e melhora a popularidade interna de governos de países pobres, que não conseguem reverter o quadro de exclusão social em que se encontram.

Uma segunda dimensão da gravidade da situação atual é a questão ecológica com a continuidade e o agravamento da degradação do meio-ambiente. O desmatamento, a erosão e a desertificação do solo, a crescente escassez de água potável em muitas regiões do mundo, a poluição dos mares, dos rios e do ar e o stress da vida moderna nas grandes cidades, são apenas alguns exemplos da destruição atual que atinge o planeta e ameaça de forma crescente a vida humana.

Recentes incêndios gigantescos que destruíram florestas na Malásia, na Austrália, no México, nos EUA e no Brasil, podem ser consequência do aquecimento do planeta agravado pelo buraco na camada de ozônio que traz consequências climáticas e ambientais imprevisíveis, apropriadamente denominadas, efeito estufa. Dados de cientistas norte-americanos e europeus apresentavam o verão de 1998 no hemisfério norte, como o mais quente desse século, o que só vem a confirmar a importância crescente que assume em nossos dias a problemática ecológica.

Com relação à crise econômica, a hegemonia do capital se acentua com a atuação do que denominamos "os donos do mundo de fato". Os sete países mais ricos e a grande empresa capitalista, impõem aos governos, políticas que lhes interessam através de organismos multilaterais de sua confiança: O Banco Mundial e o FMI. IANNI (1996).

De forma avassaladora, a força desses países e empresas é exercido através de seu poderio econômico. De acordo com dados da revista Fortune (1998), o

Produto Interno Bruto, PIB, dos EUA, ultrapassava os US\$ 700 trilhões de dólares. Por sua vez, as 500 maiores empresas norte-americanas produziram em 1997, nada menos que US\$ 5,5 trilhões de dólares.

Apenas a título de comparação, de acordo com a relação dos Melhores & Maiores da revista Exame (1998), as 500 maiores empresas brasileiras produziram em 1997, US\$ 298 bilhões de dólares. De acordo com o IBGE, o PIB brasileiro, décima economia do mundo, atingia os US\$ 800 bilhões de dólares.

Através de megafusões ou incorporações, as grandes empresas tornam-se cada mais fortes acirrando ainda mais a concorrência e aumentando de forma mais concreta a concentração de capitais⁴.

Essa concentração de poder em super monopólios pode ser exemplificada no caso da indústria da informática. Uma única empresa, a Microsoft, controla a quase totalidade da produção de programas para computadores com o Windows, acoplado a ele seu programa de navegação na Internet, o Explorer. Esse controle ajudou a transformar seu proprietário, Bill Gates, no homem mais rico dos Estados Unidos. Sua fortuna pessoal, (Fortune, 1998), saltou de US\$ 36 bilhões de dólares em 1997 para, US\$ 51 bilhões de dólares em 1998.

Novas tecnologias, empresas gigantesca, países ricos e organismos multilaterais fazem uma combinação que torna indiscutível o domínio atual do capital. Isso definiria o que se convencionou chamar de globalização: o crescente domínio do mundo pelas grandes empresas e pelos países ricos apoiados naquelas organizações multilaterais de sua confiança. As grandes empresas realizam seu planejamento e tem seus objetivos traçados a nível mundial superando os estados nacionais e os governos locais com sua política expansionista e estratégias de competição.

No final do século, dois países destacavam-se na resistência a essa onda avassaladora, guardando ainda alguma autonomia no estabelecimento: a China e a Índia. Apesar de suas diferenças internas e especificidades, esses países poderiam ser destacados por não adotarem políticas de renúncia fiscal para atrair as empresas, nem dolarização, juros altos e endividamento para atrair capitais, além de não optar pelo corte nos programas sociais, privatizações e aumento de impostos para fazer face à rolagem dos déficits crescentes.⁵

⁴ Dentre as fusões mais importantes destacam-se os setores financeiro, automobilístico e de comunicação. Dentre muitas outras merecem destaque a união entre os gigantes financeiros Travelers e Citicorp nos EUA. No setor automobilístico, merece destaque a incorporação da Rolls Royce inglesa pela multinacional alemã Volkswagen. Entre os grupos de comunicação, citamos a união dos grupos Times e CNN Warner. Mais recentemente, o gigante das telecomunicações AT & T incorporou o grupo TCI por um valor superior aos US\$ 42 bilhões de dólares.

⁵ Ver a entrevista de Celso Furtado à revista Bundas em 1999.

Por outro lado, se nunca foi tão produtivo, o capital nunca foi tão vulnerável em dois aspectos fundamentais: A especulação financeira e a exclusão social.

A especulação financeira chegou a extremos com a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1987 e com a crise da Ásia que atinge o mundo, respectivamente, desde julho e outubro de 1997, agravando-se ainda mais em agosto de 1998.

Em 1987, entre US\$ 500 bilhões e US\$ 1 trilhão de dólares desapareceram da economia mundial. O dólar norte americano se recuperou com a ajuda providencial e imediata dos governos da Alemanha e do Japão. Para valorizar a moeda norte-americana, sob a coordenação do FMI foi estabelecido o Consenso de Washington que, entre outras decisões, decidiu: Dolarização da economia mundial, o dólar passando a ser âncora das moedas dos países, abertura total do comércio e ampla liberdade ao fluxo de capitais para favorecer às grandes empresas, além da obrigatoriedade das privatizações para diminuir o controle dos estados sobre os setores estratégicos de suas economias.

As conseqüências desse modelo após mais de uma década de sua adoção manifestam-se em concentração de renda nos EUA e desemprego na Europa com o crescimento da pobreza em todo o mundo. No final do século e superação da crise torna-se imprevisível. Tudo se agravou com a recessão japonesa na década de 90 após o crescimento impressionante dos anos 70 e 80 que arrastou toda a economia da Ásia, alastrando-se a seguir por todo o mundo.

Abarrotados de dinheiro e ávidos por lucros fáceis, os bancos japoneses emprestaram dinheiro aos outros países da região, sob a garantia de imóveis e ações das bolsas de valores. Os tomadores dos empréstimos aplicaram os recursos em empreendimentos suntuosos como a construção de torres empresariais, investindo também no mercado de ações, o que correu para elevar artificialmente seu valor.

Com o aumento da oferta de imóveis e após a especulação imobiliária das décadas anteriores os imóveis se desvalorizaram, tornando duvidosa a recuperação dos vultosos recursos neles investidos. Na hora de resgatar os empréstimos, não havia dinheiro para pagar, e as garantias imobiliárias não cobriram os prejuízos. A crise bancária não tem precedentes. As estimativas das dívidas com os bancos oscilam entre US\$ 550 e US\$ 700 bilhões de dólares. A crise aprofunda a recessão e atinge a moeda japonesa ameaçando o dólar que já vê em perigo sua hegemonia mundial pela adoção da moeda única européia, o euro.

Com a deterioração de grande parte da riqueza mundial e com a fuga dos capitais especulativos, todos os chamados países emergentes encontram-se sob suspeita. O primeiro a ser atingido foi a Rússia. Em meados de 1998, sob a ajuda do FMI com empréstimos de valores entre US\$ 10 e US\$ 20 bilhões de dólares poderia salva sua moeda, o rublo. Ataques especulativos em agosto do mesmo ano, confirmaram sem retoques mais essa falência de uma economia gigantesca, totalmente formulada em suas linhas mestras pelo receituário do FMI.

Nesse mesmo período, o fantasma da crise rondava outros países como o Chile, o México, a Venezuela e a África do Sul, cujas economias baseavam-se principalmente no comércio do petróleo ou de outros produtos minerais, cujo preço despencava no comércio internacional. O Brasil foi atingido no início de 1999 com a desvalorização de sua moeda e a explosão de seu endividamento com reflexos imediatos na crise social.

Como solução à falência do modelo pactua-se uma moratória com um empréstimo de 45 bilhões de dólares pelo FMI que passa a exercer o controle de toda a política econômica. Como conseqüência, a dívida interna do país ultrapassa no início de 2000 os 520 bilhões de reais.⁶ O serviço desse colossal endividamento chegava a 10 bilhões de reais por mês atingindo a esfera de 120 bilhões de reais por ano.⁷

Às ameaças de destruição numa guerra nuclear ou bioquímica são acrescentadas o perigo da degradação do meio-ambiente e a crise econômica mundial, mas isso não é tudo.

A crise social atinge a todos os países sob o domínio excludente do capital. O desemprego é sua face mais perversa, fruto de uma combinação de fatores que vão da utilização de novas tecnologias a políticas econômicas de valorização das moedas dos países através de políticas de importação, elevação das taxas de juros e reforma dos estados através do corte nos gastos sociais.

Cresce a cada dia no mundo aquele extrato social que a análise sociológica atual convencionou chamar de subclasse: Combinação de fatores como longos períodos de desemprego, pouca ou nenhuma escolaridade, dependência do assistencialismo, condições precárias de moradia, incidência de alcoolismo e drogas, sobrevivência diária conseguida através da informalidade, pequenos furtos, etc. IANNI (1996).

A realidade brasileira se agrava nesse contexto de crise mundial. Organismos internacionais apontam

⁵ Dados do Relatório do Banco Central de Março de 2000.

⁷ Cf. a entrevista de Celso Furtado à revista *Bundas*, op. cit

o desrespeito aos direitos humanos como um de nossos problemas mais graves. A violência policial atinge níveis alarmantes. Nos últimos 8 anos, 5.500 civis foram assassinados por policiais em São Paulo. Chacinas nas periferias urbanas e de trabalhadores rurais sem-terra repetem-se e continuam impunes.

Nos últimos anos, os exemplos de desrespeito aos direitos humanos são eloqüentes: Massacre de 111 detentos amotinados no presídio do Carandiru, em São Paulo, assassinato de crianças de rua na Candelária, e de moradores da favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, massacres de sem-terra em Corumbiara e Eldorado de Carajás na região norte do país, chacinas por grupos de extermínio em diversos centros urbanos, são apenas alguns dos exemplos mais marcantes, sem mencionarmos a violência diária que atinge a populações mais pobres nas mais diversas regiões do país.

Na última década, as políticas públicas parecem totalmente inoperantes nas áreas de habitação, saúde e educação. Os latifundiários atrelados aos governos estaduais e federal tem se perpetuado no poder. Ex-aliados e sustentáculo político dos governos militares, as oligarquias modernizam-se, assumem um discurso liberal, servindo de sustentação aos governos Collor e FHC. Na realidade, mantêm suas práticas conservadoras seculares de ocupação parasitária dos cargos públicos e da troca de favores por votos.

Após criar o plano real e estabilizar a moeda em 1994, FHC vence as eleições presidenciais no primeiro turno. Ao tomar posse, preocupou-se principalmente com a sua reeleição e a votação no Congresso Nacional de reformas anti-populares como a da administração pública e da previdência social, ambas fiéis à cartilha neoliberal de corte radical nos gastos sociais. Na realidade, trata-se de uma reforma pelo alto, sem a participação popular, com o objetivo não revelado de drenar todos os recursos existentes para a reprodução ampliada do capital.

Como reação à crise na Ásia e para não desvalorizar a moeda, sobrevalorizada desde 1995, o governo federal recorreu a um pacote fiscal que pode ser sintetizado em suas palavras: cortes orçamentários e aumento de impostos. Essas medidas, aliadas ao aumento dos juros, provocaram como efeitos imediatos, recessão e desemprego. Outra consequência foi o aumento da dívida pública. Dados do próprio governo, apresentam um déficit no primeiro trimestre da ordem de US\$ 7,2 bilhões de dólares. Em um ano, a dívida pública chegou a US\$ 48 bilhões de dólares, atingindo quase 7% do PIB. O montante da dívida interna no país em 1994, aproximava-se dos 400 bilhões

de reais, pagando naquele ano cerca de 70 bilhões de dólares, só de juros⁸.

Vale lembrar que todo esse esforço fiscal foi em vão. Às vésperas das eleições, em junho de 98, todos os ministérios receberam de volta os recursos retirados pelo pacote do final do ano anterior.

A elevação dos juros aumentou ainda mais o desemprego. Dados do DIEESE apontavam em meados de 98, 18,9% de desempregados na população economicamente ativa de São Paulo, totalizando, aproximadamente, 1.600.000 trabalhadores. Utilizando outra metodologia, o IBGE apontou um total de 8,2% de desempregados no país, o segundo índice mais elevado desde 1984, quando vivíamos o auge da crise da dívida externa.

Um parêntese da situação social social manifesta-se na atuação dos poderes públicos no país com relação à situação da saúde. Morte de hemofílicos por contaminação durante a hemodiálise, de idosos em hospitais geriátricos e de recém nascidos em UTIs de maternidade públicas, epidemias de dengue e febre amarela e o retorno de doenças como tuberculose, cólera e hanseníase. Esses exemplos demonstram a falência do modelo de desenvolvimento concentrador e excludente adotado no país e que poderíamos caracterizar como a nova face de uma modernização conservadora e excludente.

Tudo se dramatiza ao enfrentarmos nos últimos anos períodos de seca no nordeste. As soluções governamentais, de igrejas ou entidades assistenciais e privadas são sempre as mesmas: o paliativo do assistencialismo da distribuição de alimentos e o alistamento, sempre insuficiente, nas frentes de trabalho. Revivendo com intensidade a atualização sob novas bases do poder local, dos currais eleitorais e do voto de cabresto, programas de alfabetização de adultos são acompanhados com a tradicional distribuição de cestas básicas com a presença subliminar de indisfarçáveis objetivos eleitorais.

No âmbito educacional, de acordo com seus compromissos internacionais, o governo FHC impõe reformas para tentar acompanhar a nova ordem mundial e melhorar as estatísticas educacionais. Como característica principais desse modelo destacam-se as decisões centralizadas sob a tutela atenta do Banco Mundial.

Sua política educacional tem como alguns de seus eixos fundamentais:

- Aumentar o número de anos de escolaridade da população no ensino fundamental, através do combate à repetência através de programas questionáveis como o de “aceleração de aprendizagem”;

⁸ Conferir esses dados no Jornal O Povo de Fortaleza, dia 02/08/98, caderno I, pág. 03.

- Programas de difusão da leitura através de avaliação e da tradicional distribuição de livros didáticos, agora sob o restrito controle do selo de qualidade do governo federal.;
- Controle de qualidade das escolas e universidades através da avaliação, os provões, sempre na ideologia empresarial do controle da qualidade pelo controle do produto;
- Reformas centralizadoras dos conteúdos curriculares com a adoção dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs. Viciados desde sua origem por esse centralismo encontram pouco eco no cotidiano das escolas, enquanto a grande maioria dos professores sequer leu os documentos de sua área. Para tentar quebrar o gelo o governo lança um novo programa, – os Parâmetros em Ação –, com o objetivo de tornar os PCNs conhecidos;
- Mudanças nas formas de gestão e financiamento da educação através de mecanismos de descentralização controlada como a eleição de diretores e da adoção do Fundo de Valorização do Magistério, o Fundef. Este último caracterizado por cortes de verbas a cada ano e desmoralizado pelas graves denúncias de desvios de recursos e corrupção;⁹
- Ênfase na formação de professores com a popularização de cursos rápidos para docentes, as Licenciaturas Breves, que trazem de volta o grave perigo do aligeiramento da formação de professores em cursos de caráter pós-secundário ou pós-médio;

Ressalte-se que de acordo com as pesquisas de Tommasi, Warde e Haddad (1996)¹⁰, todas essas políticas estão de acordo com as diretrizes do Banco Mundial e dentro dos limites da nova ordem capitalista internacional.

De acordo com essas conclusões, Torres (op. cit. p. 129) afirma: “. . .o diálogo que o Banco Mundial e conseqüentemente dentro da nova ordem capitalista internacional. De acordo com essas conclusões, Torres (op. cit. p. 129) afirma: “. . .o diálogo que o Banco Mundial mantém com os governos em matéria educativa é um diálogo setorial abrangendo todos os níveis, áreas e modalidades do sistema educativo. Isso permite influir em cada país sobre as decisões que afetam o setor em seu conjunto e não unicamente sobre uma parte do mesmo (por exemplo, a atual insistência do BM em transferir fundos do nível superior para os níveis inferiores do sistema)”.

No Ceará, a política educacional assume alguns eixos fundamentais no tripé: – Precarização do trabalho docente com a adoção dos contratos temporários;¹¹

- Aligeiramento da formação de professores em programas de caráter semi-presencial;
- Crescente perda do controle do processo educacional pelos docentes e pelo próprio estado com a adoção do modelo de educação à distância sob o controle de grupos empresariais;¹²

Programas caracterizados por serem poupadores de mão-de-obra docente parecem levar adiante um eficiente projeto de escolarizar em massa sem educar,

⁹ Em março de 2000 a proposta de orçamento enviada ao Congresso Nacional trazia cortes estimados em 128 milhões de reais. Quanto às denúncias de corrupção no programa em todo o país o montante dos desvios girava em torno dos 2 bilhões de reais. Ver Jornal O Povo, 25/03/2000.

¹⁰ Ver: TOMMASI, Lívia, WARDE, Miriam Jorge e HADDAD, Sérgio. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais, São Paulo, Ed. Cortez/PUC/SP/Ação Educativa, 1996.

¹¹ No início do ano 2000 havia, só na prefeitura de Fortaleza havia cerca de 5000 contratos temporários dos quais 3000 eram de professores.

¹² No estado do Ceará todo o ensino nas séries terminais do ensino fundamental funcionam através de telensino. Dentre as principais críticas apontamos: – As aulas são não presenciais, numa flagrante irregularidade diante da atual LDB; – Um planejamento único e centralizado na capital desconhece a riqueza cultural de setores sociais importantes como os das zonas rurais e das periferias urbanas; – burocratizado e tecnocrático, por seu gigantismo, o sistema sofre de males operacionais crônicos como o atraso de materiais didáticos e problemas pedagógicos graves como falhas na aplicação dos conteúdos e avaliações simultâneas; – o programa funciona na prática abolindo a figura do professor. Em sala de aula, digo “telessala”, está presente a figura de um “orientados de aprendizagem”, na realidade “um mestre de cerimônias” responsável pelo estudo em equipe e acompanhamento dos manuais pelos “telealunos”; de acordo com depoimentos de professores em todo o estado, a ineficiência do programa os leva a uma crescente prática de “desobediência civil”, – termo utilizado por uma professora- quando desliga-se a TV e retorna-se ao modelo de aula convencional presencial; Como pano de fundo percebe-se um sistema cada vez mais poupador de mão-de-obra que visa universalizar a educação sem a contrapartida da contratação de professores; Como aspectos positivos do programa, as aulas gravadas pelos professores da Seduc e TVC, mas que deveriam estar à disposição das escolas em ricas videotecas, jamais substituindo a presença do professor; Uma novidade é a adoção do sistema nas aulas de ensino médio com o objetivo de escolarizar 150.000 jovens e adultos a partir de convênio com o Telecurso 2000 da Fundação Bradesco e da Fundação Roberto Marinho. Se os docentes já haviam perdido sua autonomia com relação ao processo educativo, agora é o próprio estado que abdica de seu papel como gestor da política educacional, agora sob o controle de poderosos grupos empresariais. Não se deve esquecer de mencionar que os referidos modelos são destinados unicamente aos estudantes das classes populares. Essa propalada revolução pedagógica e educacional ainda não chegou a outros setores sociais mais privilegiados em cujas escolas privadas ainda vigora o velho modelo educacional presencial. A esse respeito ver Fernandes (1998) e Bodião (2000).

melhorar as estatísticas educacionais sem modificar as estruturas sociais vigentes.

Como se vê, essas são algumas das limitações das soluções tecnocráticas tomadas pelo alto, sem que se leve em conta as especificidades da realidade de cada país ou região. Seguindo esse modelo conservador, no final do século XX, as soluções para a grave problemática social do país pareciam cada vez mais distantes.

BIBLIOGRAFIA

EDUCAÇÃO E COMPETIVIDADE EMPRESARIAL, Fundação Herbert Levi e Fundação BRADESCO, São Paulo, 1992;

FORRESTER, Viviane, *O Horror Econômico*, São Paulo, UNESP, 1997;

HOBBSAWM, Eric, *A Era dos Extremos, O Breve Século XX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996;

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de, *A Globalização e a Problemática do Terceiro Mundo*, Revista de Educação da ABC, n. 100, Brasília, 1996;

RIBEIRO, Luís Távora Furtado, *O Fim do Trabalho: Crise ou Nova Civilização, Perspectivas Para a Educação*, Revista Educação em Debate, n. 20, Fortaleza, FAGED/UFC, 1998;

TOMMASI, Livia de, **WARDE**, Miriam Jorge e **HADDAD**, Sérgio, *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*, São Paulo, Cortez/PUC/SP, 1994;